



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO, INSTALADO NO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI, PARA ATENDER AS DEMANDAS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (TR).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020
EDITAL

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** com sede na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Administração e Finanças, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL** do tipo **Menor Preço GLOBAL**, para contratação do objeto descrito no Item 1 deste Edital, em conformidade com as Leis nº 10.520, de 17/07/02; nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006 e Decreto Legislativo Municipal nº 693/2014.

RETIRADA DO EDITAL: A retirada do Edital de Pregão Presencial poderá ser efetuada no endereço eletrônico: www.cvi.sc.gov.br no link: [LICITAÇÕES](#)

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: [12/02/2020 às 14h00.](#)

Os envelopes contendo os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e de **HABILITAÇÃO** serão recebidos pelo pregoeiro impreterivelmente na data e horário acima destacados, na Sala de Licitações da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, CEP 88.307-303, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Quantitativos e Valores de Referência

Anexo III – Modelo de Formulação da Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Planilha de composição de custos e formação de preços unitários

Anexo V - Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação

Anexo VII – Modelo de Declaração de Atendimento ao inc. XXXIII do art. 7º da CF/88

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Parentesco

Anexo IX – Minuta do Contrato



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** com dedicação exclusiva de mão de obra, no regime de empreitada por preço global, bem como serviço de melhoria (fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio), no regime de empreitada por preço unitário para o sistema de climatização e ventilação, instalado no prédio da Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI, para atender as demandas que se fizerem necessárias durante o período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência (TR).

2. DOS ENVELOPES

- 2.1. O envelope nº 1 - **PROPOSTA DE PREÇOS** e nº 2 – **HABILITAÇÃO** deverão ser entregues ao pregoeiro na data e hora marcadas no preâmbulo deste edital, na Câmara de Vereadores de Itajaí, situada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825 – Ressacada, CEP 88.307-303, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.
- 2.2. No anverso dos Envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) e nº 2 (HABILITAÇÃO) deverão constar os seguintes dizeres.

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**

- 2.3. Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos.
- 2.4. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, sendo preferencialmente opacos e rubricados no fecho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 2.5. Não serão recebidos os envelopes após o horário previsto no preâmbulo deste edital, para tanto será considerado o horário oficial de Brasília/DF, podendo ser conferido no site: <http://www.horariodebrasil.org>.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar da licitação as empresas do ramo de atividade pertinente que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.
- 3.2. A participação na licitação implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e leis aplicáveis.
- 3.3. Somente terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes credenciados, o Pregoeiro, os membros da Equipe de Apoio e representantes dos órgãos fiscalizadores.
- 3.4. Não será admitida a participação de empresas:
- 3.4.1. Cuja falência ou concordata tenha sido declarada, que se encontra em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 3.4.2. Punidas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, em qualquer das suas esferas com suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública durante o prazo estabelecido para a penalidade. (STJ - REsp 151567 - RJ - 2ª T. - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 14.04.2003).
 - 3.4.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, das esferas FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL.
 - 3.4.4. Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal direta ou indireta.
 - 3.4.5. Que incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
 - 3.4.6. Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra empresa que esteja participando desta licitação, ou de empresas que tenham como responsável técnico ou integrante da equipe técnica vinculado à outra empresa que esteja participando desta licitação.
 - 3.4.7. Empresas em consórcio, e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre em si, quaisquer que sejam suas formas de constituição.
- 3.5. **É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica que possua sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o recebimento dos envelopes, conforme disposição do item **2.1**, após passando ao credenciamento dos interessados em participar do certame.

4.2. O credenciamento da empresa e de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e pela presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente pregão.

4.3. **Para o credenciamento**, o representante presente na sessão deverá **entregar ao Pregoeiro, APARTADOS DOS ENVELOPES nº 1 e 2, os seguintes documentos:**

4.3.1. **Ato de constituição da empresa**, podendo se apresentar das seguintes formas:

4.3.1.1. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual; ou,

4.3.1.2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,

4.3.1.3. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou,

4.3.1.4. **Decreto de autorização** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.2. **Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação**, afirmando que está em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a seguridade social (INSS e FGTS), bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme o modelo do ANEXO V.

4.3.3. Apresentação de documento de identificação pessoal do representante, para que possibilite a conferência dos dados com os constantes no instrumento de constituição da empresa.

4.3.3.1.1. Caso seja designado outro representante que não tenha poderes atribuídos pelos documentos de constituição da licitante, este deverá apresentar **procuração pública**, ou, ainda, procuração particular ou termo de credenciamento **COM CARIMBO E RECONHECIMENTO DE FIRMA**, podendo utilizar-se do modelo constante no **Anexo IV**.

4.3.4. **MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE**: É facultado ao licitante que se enquadre nesta condição e queira se valer do regime diferenciado disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, neste caso, **DEVERÁ apresentar no CREDENCIAMENTO:**

4.3.4.1. **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, expedida pelo Estado da sua sede; ou

4.3.4.2. **Declaração de Opção pelo Simples Nacional** expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal, para as empresas com registro em Cartório.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.3.4.2.1. Os documentos relacionados acima deverão apresentar prazo de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores a data da sessão pública.

4.4. Os documentos relacionados no subitem **4.3.1** deverão ser originais, ou fotocópia autenticada conforme descrito no item **6.2.** do presente.

4.5. Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a **identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.**

4.6. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, ofertando lances verbais e demais atos relativos a este pregão presencial, sendo admitido, para este feito, um único representante por licitante interessada.

4.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa.

4.8. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade do mesmo de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e na manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.

4.9. A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, durante a sessão, sem a substituição formal ou sem a autorização expressa do Pregoeiro, impede a licitante à prática de atos inerentes ao pregão.

4.10. **Na hipótese de não haver representante da licitante presente na Sessão**, será obrigatória a apresentação do documento referido no item 4.3.2 – Declaração de atendimento as condições de habilitação, e, para **as microempresas e empresas de pequeno porte**, que queiram utilizar os benefícios das Leis Complementares 123/06 e 147/14, além deste, também deverão apresentar a documentação descrita no item 4.3.4, em um TERCEIRO ENVELOPE, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3, Razão Social da Empresa e CNPJ.

4.11. A licitante sem representante presente no processo licitatório, **em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte**, que apresentar os documentos descritos no item 4.3.4, somente fará jus ao benefício previsto no §1º, do art. 43, da Lei Complementar 123/2006.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 1

5.1. No envelope lacrado Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS - deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5) em todas as suas folhas, elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo, quanto às expressões técnicas de uso corrente, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

- a) Identificação (razão social), endereço e Nº do CNPJ da proponente;
- b) **Proposta:** deverá ser cotado o **MENOR PREÇO GLOBAL, com apresentação dos valores unitários e totais de cada item**, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais e, de preferência, o preço total (com apenas duas casas decimais) também por extenso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- c) A proposta do item referente ao auxiliar técnico (mecânico ou eletromecânico) deverá ser acompanhada da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, nos moldes da IN 05/2017¹ do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- d) O valor referente ao item “Peças de reposição a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva” de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) é um valor estimativo quanto a sua execução, porém quanto ao efeito de proposta de preços é um valor fixo, não se admitindo qualquer variação para mais ou para menos. Todos os licitantes deverão oferecer o mesmo valor, qual seja R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- e) Obrigatoriamente, a ordem dos itens da proposta de preços deverá obedecer à ordem dos itens descritos no **Anexo II** (Quantitativos e valores de referência) deste edital.
- f) **Prazo de validade da proposta:** Mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes;
- g) **Prazo de execução/vigência do Contrato:** 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura;
- h) **Deverá ser observado quando da elaboração das propostas:** Prazo de execução; e Forma de Pagamento.

5.1.1. No caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o primeiro.

- 5.2. Nos preços propostos, que **não poderão exceder aos valores unitários máximos estimados**, conforme disposto no Anexo II, deverão estar incluídas todas as despesas para o fornecimento/execução do objeto da presente licitação, incluindo as despesas com frete, impostos, encargos sociais decorrentes etc.
- 5.3. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado todas as despesas que incidam sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da futura contratada.
- 5.4. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.
- 5.5. Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do **Anexo III**.
- 5.6. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 5.7. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.8. Quaisquer outros documentos presentes no envelope de proposta que não foram expressamente solicitados no edital não serão analisados pelo pregoeiro, podendo ser devolvido ao representante presente no momento da abertura do invólucro.

¹ IN 05/2017 - Anexo VII. 7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. Fonte: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20239255/do1-2017-05-26-instrucao-normativa-n-5-de-26-de-maio-de-2017-20237783.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 6.1. O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 7), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.
- 6.2. Quantos às autenticações:
- 6.2.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).
- 6.2.2. Poderá ser apresentado das seguintes formas: por cartório competente, ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.2.3. As autenticações, por servidor da Administração, deverão ocorrer preferencialmente até às 18 horas do dia anterior à sessão de abertura do mesmo.
- 6.2.4. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 6.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

OBSERVAÇÃO:

* **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

* A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada.

6.4. Prazo de validade dos documentos:

6.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

6.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.

6.5. Quaisquer outros documentos presentes no ENVELOPE DE HABILITAÇÃO que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

6.6.1. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.

6.6.2. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

6.6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para empresas CADASTRADAS

7.1.1. A proponente detentora de Certificado de Registro Cadastral – CRC da Câmara de Vereadores de Itajaí, vigente na data da sessão pública, deverá apresentar além do Certificado os documentos constantes nos itens 7.2.4. e 7.2.5, no **Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO**.

7.2. Para empresas NÃO CADASTRADAS

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1.1. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

7.2.1.2. **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1.3. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.4. **Decreto de autorização** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÕES:

- a) No que couber, os documentos referidos nos itens **7.2.1.1. e 7.2.1.2.**, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.
- b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.
- c) **A documentação solicitada nos itens 7.2.1.1. a 7.2.1.4 será ainda, dispensada a apresentação dos referidos documentos na fase de habilitação quando devidamente apresentado durante o credenciamento.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.2.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- 7.2.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão conjunta dos tributos administrados pela Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à Dívida Ativa, bem como situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 7.2.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.2.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

7.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 7.2.3.1. Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

7.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.2.4.1. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para fins de qualificação técnica.
 - 7.2.4.1.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiver(em) vinculado(s).
 - 7.2.4.1.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
 - 7.2.4.1.3. 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) junto ao CREA da região onde foram ou estão sendo prestados os serviços, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado ou estar executando, satisfatoriamente, serviços de natureza semelhante ao objeto aqui licitado – Instalação ou manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização, de pelo menos, 100 Hp ou 80 TR.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.4.1.4. CERTIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESA LICITANTE NA KOMEÇO EM SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO KRV/VRF

7.2.5. OUTROS DOCUMENTOS

7.2.5.1. Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (**Anexo VI**).

7.2.5.2. **Declaração de que os sócios e empregados não possuem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa**, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal, conforme modelo do **Anexo VII**.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, serão recebidos os envelopes de **Proposta de Preços e Habilitação**, devidamente lacrados e protocolados conforme disposição do item **2.1.** do presente instrumento, e, na presença dos licitantes, e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram os envelopes.

8.2. Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do item 4 – Do Credenciamento, ato contínuo, deixará à disposição dos licitantes credenciados, os envelopes distintos, para rubrica e conferência dos lacres.

8.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.3.1. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

8.3.2. A avaliação da aceitabilidade do preço proposto ocorrerá apenas no momento da negociação, ou seja; aquele anterior a adjudicação da proposta do licitante melhor classificado, em conformidade com o item 8.17 deste edital.

8.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

8.4.1. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

8.4.2. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão do Pregão;

8.4.3. Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

8.4.4. Havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o UNITÁRIO e na divergência entre o valor por extenso e o valor numérico, prevalecerá o MENOR.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.4.5. O item relativo a dados bancários do licitante não gerará a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato.
- 8.5. As propostas ficarão à disposição dos credenciados para rubrica e conferência.
- 8.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 8.7. No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 8.8. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.7, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 8.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 100,00 (cem reais)**, aplicáveis inclusive em relação ao primeiro.
- 8.9.1. **O licitante poderá baixar o valor de seu lance, ainda que este não supere o valor da melhor proposta, com o fito de obter uma melhor classificação, utilizando-se de lance intermediário.**
- 8.9.1.1. **O lance intermediário somente poderá ser utilizado uma única vez por licitante, quando o processo licitatório for do tipo de menor preço global. Quando a licitação for do tipo menor preço por item, nesse caso cada licitante poderá ofertar no máximo um lance intermediário por item, e em se tratando de menor preço por lote um lance intermediário por lote.**
- 8.10. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 8.11. A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **MENOR PREÇO GLOBAL**, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.14. Após o encerramento da fase de lances serão concedidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e nº 147/2014, qual seja, como critério de desempate será assegurado a direito de preferência de contratação para as ME ou EPP:
- 8.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.15. Ocorrendo o empate previsto no item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.15.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 8.15.2. Não ocorrendo contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocados os remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese dos parágrafos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.15.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 8.15.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos Item 8.15.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 8.15.5. O disposto neste Item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 8.15.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.16. Considerar-se-á preço excessivo, para fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que:
- 8.16.1. Apresentar valor acima do estimado pela administração para aquisição do objeto, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, publicado pela Fundação Getúlio Vargas na ocasião.
- 8.17. Quando restar demonstrado que o valor estimado pela administração não corresponde a realidade do preço praticado pelo mercado, para aquele determinado objeto, poderá o Pregoeiro, negociar com o representante da licitante, com vistas a adequar sua proposta ao preço de mercado.
- 8.18. Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **“HABILITAÇÃO”** do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item **7 – DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.19. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 8.20. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item **7 – DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.21. Os documentos de habilitação do licitante vencedor ficarão à disposição dos credenciados para rubrica e conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.22. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após este prazo, os licitantes terão um prazo de até 30 (trinta) dias para retirada. Expirando este prazo e não havendo a retirada dos envelopes pelos licitantes, os mesmos serão inutilizados.

8.23. Da sessão pública será lavrada ATA circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

9. DA DELIBERAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado à autoridade superior competente da Câmara de Vereadores de Itajaí para deliberar, restringindo-se esta à:

9.1.1. Homologação da licitação;

9.1.2. Anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, assegurando o exercício do contraditório;

9.1.3. Revogação do certame, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. No julgamento das propostas, será considerado vencedor o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendida às exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

10.2. Não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao fornecedor mais bem classificado.

10.3. O vencedor do certame deverá **apresentar, no prazo máximo de 48 (quarente e oito) horas após adjudicação do processo pelo pregoeiro, a readequação dos valores unitários** ao valor adjudicado em sessão, nos casos em que houver.

10.3.1. A apresentação da proposta readequada dentro do prazo determinado no subitem anterior, deverá estar carimbada e assinada pelo representante legal da vencedora, sendo aceito o envio por e-mail para ass.licitacao@cvi.sc.gov.br.

10.4. No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão, será o resultado da licitação submetido ao PRESIDENTE DA CÂMARA para manter ou reformar a decisão do Pregoeiro, e posterior homologação.

11. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para encerramento do recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

11.2. Ao final da sessão, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

- 11.3. Os Recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, devendo ser dirigidos diretamente ao PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ e DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, e protocoladas no balcão da recepção da CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, no endereço descrito no rodapé desse Edital, em horário comercial, **não sendo admitidos os enviados por fax ou correio eletrônico (e-mail).**
- 11.4. Os **pedidos de esclarecimento, impugnações, recursos e contrarrazões serão recebidos pelo Pregoeiro**, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão.
- 11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 11.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 11.6.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o pregoeiro fundamentará sua decisão na própria ata de abertura e julgamento da sessão pública, indicando o licitante e os motivos pelo não recebimento do recurso.
- 11.7. O acolhimento dos recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.8. Impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro terá 05 (cinco) dias úteis, contados do esgotamento do prazo de contrarrazões recursais, para reconsiderar ou não sua decisão e encaminhar os autos devidamente informados à autoridade competente para apreciação e decisão final.
- 11.9. Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e na minuta da Ata de Registro de Preços - ARP, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12. DOS PRAZOS

- 12.1. O prazo inicial da contratação será de **12 (doze) meses** podendo ser prorrogado até o máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. A Contratada deverá iniciar os trabalhos em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 12.3. O prazo a que se refere o subitem 12.1 inicia-se na data da assinatura do contrato.

13. DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A prestação de serviço objeto desta licitação será fiscalizada por servidor indicado ou contratado pela Contratante, exercendo, para tanto, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

13.1.1. São atribuições do fiscal do contrato:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- a) Solicitar à empresa contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- c) Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

13.1.2. Compete ao fiscal da CVI:

- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a entrega sempre que a medida for considerada necessária;
- b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
- c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos contratos;
- d) **Atestar**, faturas correspondentes à execução.

13.2. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CVI reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

13.3. Cabe à empresa atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CVI, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes ou prepostos.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

14.1. O recebimento do objeto da presente licitação se dará da seguinte forma:

14.1.1. Provisoriamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/93;

14.1.2. Definitivamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93.

14.2. É ressalvado à CVI o não recebimento dos SERVIÇOS ou MATERIAIS, objetos do presente edital, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações neste Pregão Presencial, em especial o seu ANEXO I.

14.2.1. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento provisório da mesma pela CVI, sendo sua confirmação definitiva, condicionada a conferência dos dados relacionados na nota fiscal de PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE PEÇAS, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, em até 05 (cinco) dias após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante apresentação e Nota Fiscal emitida em nome da Câmara de Vereadores de Itajaí, contendo em seu corpo a descrição dos serviços, acompanhada dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, em atendimento ao art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

15.1.1. No caso de eventual fornecimento de peças e equipamentos, o pagamento ocorrerá em até cinco dias após apresentação da Nota Fiscal e o devido recebimento com assinatura do Fiscal do Contrato na respectiva NF.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 15.1.2. O pagamento dos serviços/materiais descritos no item 3 do modelo da proposta de preços (Fornecimento e Instalação das Válvulas de bloqueio) ocorrerá em até 10 (dias) após o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato, mediante apresentação de nota fiscal e relatório dos serviços executados pela Contratada, devidamente assinado e carimbado pelo fiscal do contrato.
- 15.2. Juntamente com a Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de regularidade fiscal e trabalhista, bem como:
- 15.2.1. Relativo a Seguridade Social e recolhimento de FGTS, por meio dos seguintes documentos:
- 15.2.1.1. Cópia do protocolo de envio de arquivos emitidos pela Conectividade Social (GFIP);
 - 15.2.1.2. Cópia do comprovante de Declaração à Previdência;
 - 15.2.1.3. Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado via internet;
 - 15.2.1.4. Comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
 - 15.2.1.5. Comprovante de fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
 - 15.2.1.6. Comprovante de pagamento de 13º salário, quando cabível;
 - 15.2.1.7. Comprovante de concessão de férias, na forma da Lei;
 - 15.2.1.8. Comprovante de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando da ocorrência.
- 15.3. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada, atestando a execução e encaminhará a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.
- 15.4. A atestação da Nota Fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 15.5. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.
- 15.6. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 15.7. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento será calculada de acordo com variação “*pro rata tempore*” do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.
- 15.8. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 15.7 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



16. DO CONTRATO

- 16.1. A licitante Contratada, após homologação pela autoridade competente, será convocada a assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação.
- 16.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO PRESENCIAL, independentemente de transcrição.

17. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 17.1. A relação pactuada poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 17.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. Os valores contratados serão reajustados após 12 (doze) meses, adotando-se como indexador o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (FGV), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo.
- 17.4. O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor contratado, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.
- 17.5. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes, consoante inc. II, do § 2º, art. 65 do diploma federal de licitações.
- 17.6. A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato.
- 17.7. O Contratado será responsável por eventuais danos havidos em decorrência dos serviços executados, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a indenizar a terceiros e/ou a Administração pelo prejuízo causado.

18. DA REPACTUAÇÃO

- 18.1. Os valores relativos a mão de obra poderão ser repactuados em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos.
- 18.1.1. A licitante contratada deverá apresentar à CVI, quando da publicação a Convenção ou Acordos Coletivos, nova PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, devidamente revisada, que tratem da recomposição dos valores relativos exclusivamente à mão-de-obra.
- 18.1.2. Devem ser mantidos fixos todos os valores que não sejam objeto de Convenção ou Acordos Coletivos, incluindo as DESPESAS OPERACIONAIS/ADMINISTRATIVAS e LUCRO, que serão revisados anualmente pelo mesmo índice do Item 17.3 do presente Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. O Contratado ficará obrigado a:

- 19.1.1. Executar o objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes deste Edital;
- 19.1.2. Não veicular publicidade acerca do objeto deste Pregão Presencial, salvo se houver prévia autorização da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 19.1.3. Manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente instrumento convocatório.
- 19.1.4. **Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.**
- 19.1.5. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da contratação da mão-de-obra, tais como:
 - a) Salários;
 - b) Seguro acidentes;
 - c) Taxas, impostos e contribuições;
 - d) Indenizações;
 - e) Vales-refeições;
 - f) Vales-transportes;
 - g) Outras que por ventura venham a ser criadas pelo Governo.
- 19.1.6. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência da entrega dos Serviços, em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 19.1.7. Manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares da Câmara de Vereadores de Itajaí, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.
- 19.1.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 19.1.9. Indicar preposto que ficará responsável pela orientação na execução dos serviços, bem como manter contato com o fiscal da contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam os serviços contratados.
 - 19.1.9.1. Informar e manter atualizados nome, e-mail, número de telefone fixo e celular do preposto designado para atuar junto à CVI.
- 19.1.10. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



19.1.11. Responder a danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à CVI ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou reduzindo-se esta em virtude de acompanhamento realizado pela CVI, de acordo com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

15.1. Demais obrigações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Caberá à Câmara de Vereadores de Itajaí:

20.1.1. Proporcionar todas as condições para que licitante contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do instrumento do contrato, do Termo de Referência e do presente Edital.

20.1.2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do presente.

20.1.3. Proceder vistorias nos locais onde os serviços são realizados, por meio da fiscalização do contrato, anotando as ocorrências em livro próprio, dando ciência ao preposto da licitante contratada e determinando sua imediata regularização.

20.1.4. Notificar a licitante contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

20.1.5. Durante a vigência do contrato resultando do processamento do presente, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada através de fiscal designado pela Secretaria de Administração e Finanças da Câmara de Vereadores de Itajaí.

20.1.6. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato.

20.1.7. Propiciar acesso aos profissionais às suas dependências para execução dos serviços.

20.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, termos de sua proposta e demais normas vigentes aplicáveis à matéria objeto da presente contratação.

20.1.9. Pagar à licitante contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

20.1.10. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CVI.

20.1.11. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

20.1.12. Comunicar à empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 20.1.13. Não permitir que terceiros executem o objeto do presente.
- 20.1.14. Não permitir que os profissionais contratados pela empresa executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas.
- 20.1.15. Disponibilizar todos os suprimentos necessários, tais como detergente, sabão, água sanitária, desinfetante, vassoura, pano de chão, balde, entre outros, para que a licitante contratada desenvolva da melhor maneira os serviços descritos no Item 6 do Anexo I do presente Edital, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada os suprimentos necessários à execução da limpeza externa aérea e higienização do Plenário em sua totalidade.
- 20.2. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, em especial do INSS e FGTS.
- 20.3. Demais condições fixadas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

21. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 21.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelo objeto desta licitação é de **R\$ 333.071,34 (trezentos e trinta e três mil setenta e um reais e trinta e quatro centavos)** para o período de 12 (doze) meses.
- 21.2. A despesa para atendimento da presente ata correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:
- Código Resumido: 602/2020.
- Classificação orçamentária: 22.022.1.31.1.2.112.0.3390 – Aplicações Diretas.

22. DA RESCISÃO

- 22.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.
- 22.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se, a empresa contratada, ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta (injustificadamente), forem adjudicados e convocados para assinarem o contrato e não assinarem, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardada a ampla defesa e o contraditório as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelo infrator:
- I – Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- II – Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



III – Impedimento do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.2. A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

23.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

23.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução do Contrato, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços;

III – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de entrega incompleta ou em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor da contratação, além do desconto do valor correspondente a entrega não realizado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

IV – Impedimento do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos.

23.5. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

23.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL.

24.2. Recomendam-se aos licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a abertura dos envelopes e Sessão Pública do Pregão Presencial com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

24.3. É obrigatória a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

24.4. Este processo tem como forma de julgamento “menor preço por global”, portanto os licitantes terão obrigatoriamente que participar de todos os itens.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 24.5. A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.
- 24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 24.7. Só se iniciam e vencem os prazos referidos no Item 24.6 em dia de expediente normal na Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 24.8. Fica eleito o Foro da comarca de Itajaí/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

Itajaí, 29 de janeiro de 2020.

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** com dedicação exclusiva de mão de obra, no regime de empreitada por preço global, bem como serviço de melhoria (fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio), no regime de empreitada por preço unitário para o sistema de climatização e ventilação, instalado no prédio da Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI, para atender as demandas que se fizerem necessárias durante o período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência (TR).

2. DESCRIÇÃO DO ATUAL DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ.

2.1 Sistema de Climatização do tipo VRF com TECNOLOGIA 100% INVERTER, constituído dos equipamentos descritos no item 5 desse TR.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente TR encontra amparo legal na Lei nº 10.520/2002, Decreto Legislativo municipal nº 693/2014, que instituem e regulamentam a modalidade Pregão e legislação correlata; e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 Os serviços referenciados neste TR, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrões de desempenho e qualidades, enquadram-se no conceito de **serviços comuns**, conforme definido no art. 1º, Parágrafo Único, da Lei nº 10.520/2002 e o art. 1º, § 2º, do Decreto Legislativo municipal nº 693/2014.

3.3 Entende-se que o objeto deste TR deve ser licitado através da modalidade Pregão, pelo tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL”**, conforme item 4.5.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1 A execução de manutenção preventiva e corretiva visa atender ao que determina a Portaria nº 3523 do Ministério da Saúde, e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, assim como atender as exigências técnicas do CREA-SC em possuir um responsável técnico pelos serviços de manutenção. Recentemente com a entrada em vigor com a lei 13.589/18 que corrobora com a necessidade de manutenção no sistema de climatização determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos sob pena de graves sanções.

4.2 Sabe-se também que, a qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização, portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas.

4.3 Ademais, o controle de temperatura é imprescindível à vida útil dos equipamentos de informática, telefonia, televisão entre outros. Além de gerar um conforto térmico e melhores condições de trabalho à todos os vereadores, servidores e público em geral que utilizam diariamente a sede do Poder Legislativo de Itajaí.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.4 *Ex positis*, a manutenção preventiva e corretiva além de ser indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório, uma vez que proporciona as condições já explicadas, e evita a correlação com a Síndrome dos Edifícios Doentes (SED), conforme artº 4, letra i da Portaria 3523/GM do Ministério da Saúde, considera-se, portanto obrigatória a contratação do referido objeto deste TR.

4.5 Em relação ao fornecimento e instalação das válvulas de bloqueio justifica-se a necessidade desse objeto, pois o sistema de climatização da CVI é distribuído por andares e em cada andar tem dois módulos (cada módulo é referente a um lado do prédio - lado direito e lado esquerdo). Cada lado possui uma quantidade de máquinas distinta, podendo variar consideravelmente dependendo o número de salas.

Nesse contexto, toda vez que um determinado equipamento de climatização apresenta qualquer defeito é preciso descarregar o gás de todo um módulo (lado direito ou esquerdo), causando um prejuízo financeiro à Administração, além de perda de tempo para manutenção do equipamento e por conseguinte também acaba prejudicando todas as demais salas daquele lado do prédio que ficarão sem sistema de climatização por falta de gás na rede.

Com a instalação dessas válvulas será permitido bloquear o gás que está na rede para fazer a manutenção do equipamento sem a necessidade de retirar o gás de todo o lado do prédio em que está o equipamento com defeito, gerando assim muito mais praticidade e economia na manutenção dos equipamentos.

4.6 O tipo de julgamento **menor preço global** deverá ser adotado nesta contratação visando obter maior celeridade as várias etapas procedimentais relativas à licitação, bem como a eficiência na solicitação, recebimento e controle dos serviços objeto do presente TR, evitando conflito durante a execução do contrato de execução da manutenção e a implantação das válvulas, além de proporcionar maior atratividade para as empresas.

O menor preço global nesse tipo de contratação em que existe um contrato de prestação de serviços continuado (manutenção preventiva e corretiva) e um serviço com quantidades exatas e prazo certo (fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio), quando executados por empresas distintas, torna impossível à Administração executar certas garantias contratuais, pois não tem como precisar o causador de determinado dano, uma vez que duas empresas atuaram na mesma área, na mesma tubulação, no mesmo equipamento.

Assim, considera-se que o julgamento da licitação pelo menor preço global trata-se da forma mais eficiente para garantia das cláusulas contratuais.

4.7 A CVI através da Secretaria de Administração e Finanças optou por realizar a licitação prevendo o fornecimento de peças e outros materiais, de forma estimativa, considerando a logística necessária à realização dos serviços de manutenção de forma eficiente, visto que **as peças e outros materiais serão adquiridas apenas quando se fizer necessária a reposição das mesmas**, não sendo possível à CVI manter em estoque esse tipo de material, com utilização incerta e esporádica.

5. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1 O quadro abaixo revela a quantidade, capacidade e modelo de cada item que contempla o sistema de climatização e ventilação da Câmara de Vereadores de Itajaí:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



ITEM	TIPO	FABRICANTE	CAPACIDADE	QUANTIDADE
1	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	7.000 BTU/h	1
2	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	12.000 BTU/h	2
3	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	18.000 BTU/h	1
4	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	12.000 BTU/h	1
5	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	18.000 BTU/h	1
6	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	24.000 BTU/h	1
7	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	28.000 BTU/h	1
8	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	38.000 BTU/h	2
9	EVAPORADORA KRV MÉDIA PRESSÃO	KOMECO	24.000 BTU/h	2
10	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	12.000 BTU/h	3
11	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	18.000 BTU/h	4
12	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	18.000 BTU/h	1
13	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	24.000 BTU/h	1
14	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	30.000 BTU/h	1
15	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	38.000 BTU/h	7
16	EVAPORADORA KRV PISO TETO	KOMECO	38.000 BTU/h	4
17	EVAPORADORA KRV MÉDIA PRESSÃO	KOMECO	48.000 BTU/h	2
18	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	12.000 BTU/h	4
19	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	18.000 BTU/h	1
20	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	24.000 BTU/h	2
21	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	24.000 BTU/h	20
22	EVAPORADORA KRV PISO TETO	KOMECO	38.000 BTU/h	4
23	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	24.000 BTU/h	20
24	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	30.000 BTU/h	6
25	EVAPORADORA KRV HIGH WALL	KOMECO	12.000 BTU/h	3
26	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	18.000 BTU/h	3
27	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	24.000 BTU/h	8
28	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	28.000 BTU/h	1
29	EVAPORADORA KRV CASSETE 4 VIAS	KOMECO	30.000 BTU/h	4
30	CONDENSADORA KRV	KOMECO	10 HP	2
31	CONDENSADORA KRV	KOMECO	12 HP	3
32	CONDENSADORA KRV	KOMECO	16 HP	2
33	CONDENSADORA KRV	KOMECO	10 HP	6
34	CONDENSADORA KRV	KOMECO	14H	2
35	CONDENSADORA KRV	KOMECO	16HP	4
36	CAIXA DE VENTILAÇÃO DE AR EXTERNO	TERMODDIN		2
37	CAIXA DE VENTILAÇÃO DE AR EXTERNO	TERMODDIN		3



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



38	CAIXA DE VENTILAÇÃO DE AR EXTERNO	TERMODDIN		3
39	CAIXA DE VENTILAÇÃO DE AR EXTERNO	TERMODDIN		3
40	CAIXA DE VENTILAÇÃO DE AR EXTERNO	TERMODDIN		3
41	ADAPTADOR PARA CONTROLADOR CENTRAL	KOMECO		2
42	ADAPTADOR PARA CONTROLADOR CENTRAL	KOMECO		2
43	ADAPTADOR PARA CONTROLADOR CENTRAL	KOMECO		2
44	ADAPTADOR PARA CONTROLADOR CENTRAL	KOMECO		2
45	CONTROLADOR CENTRAL LCD	KOMECO		2
46	CONTROLADOR CENTRAL LCD	KOMECO		2
47	CONTROLADOR CENTRAL LCD	KOMECO		2
48	CONTROLADOR CENTRAL LCD	KOMECO		2
49	QUADRO DE DISJUNTORES			1
50	QUADRO DE DISJUNTORES			1
51	QUADRO COM 03 ADAPTADORES SKRYZA003	KOMECO		1
52	QUADRO COM 06 ADAPTADORES SKRYZA003	KOMECO		1
53	COMPUTADOR PARA GERENCIAMENTO SISTEMA HVAC			1
54	SPLIT HIGH WALL	KOMECO	9.000 BTU/h	1
55	SPLIT HIGH WALL	SPRINGER	9.000 BTU/h	1
56	SPLIT HIGH WALL	PHILCO	12.000 BTU/h	1
57	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	9.000 BTU/h	1
58	SPLIT HIGH WALL	PHILCO	9.000 BTU/h	1
59	SPLIT HIGH WALL	GREE	18.000 BTU/h	1
60	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	24.000 BTU/h	1
61	SPLIT HIGH WALL	MIDEA	12.000 BTU/h	2
62	SPLIT HIGH WALL	AGRATO	12.000 BTU/h	1
63	SPLIT CASSETE	ELGIN	18.000 BTU/h	1
64	SPLIT CASSETE	CARRIER	24.000 BTU/h	2
65	TODO SISTEMA DE LINHAS FRIGORÍGENAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO			
66	TODO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUA CONDENSADA COM ISOLAMENTO TÉRMICO			

6. DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA KRV (VRF) KOMECO.

6.1. DOS SERVIÇOS DIÁRIOS DO AUXILIAR TÉCNICO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

6.1.1 Deverá diariamente realizar o “start” do sistema de climatização e acompanhar o funcionamento do equipamento durante todo o dia de trabalho.

6.1.2 Caso perceba que o sistema KRV (VRF) esteja apresentado falhas ou não esteja entrando em operação, o empregado da CONTRATADA deverá ser capaz de estabelecer um possível



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



diagnóstico de falha em questão e corrigi-la. Posteriormente a CONTRATADA deverá executar corretamente o “start” do sistema de climatização.

6.1.3 Durante o dia, nos horários programados para a execução dos trabalhos, a CONTRATADA deverá executar as atividades definidas no PMOC e, ao final do dia, deverá desligar corretamente o sistema de climatização.

6.1.4 Assim, a CONTRATADA deverá ter conhecimento sobre a operação e o controle dos todos os equipamentos que compõem o Sistema KRV (VRF).

6.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

6.2.1. A manutenção será feita de forma preventiva e corretiva, com reposição de peças e outros materiais, fornecidas ou não pela Contratada.

6.2.2. Os serviços aqui especificados compreendem atividades programável mensalmente de caráter preventivo e corretivos que serão inseridos no Plano Manutenção Operação Controle – (PMOC) para o sistema todo, incluindo no mínimo as atividades mensais, atividades trimestrais e atividades semestrais, as quais são descritas no item 6.5.5 deste documento.

6.2.3. A contratada deverá disponibilizar profissionais que sejam capazes de executar todos os tipos de manutenção preventiva e corretiva necessários ao sistema de climatização e deverá disponibilizar todos os insumos, equipamentos e ferramentas para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva que se fizerem necessários no sistema de climatização em questão.

6.3. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO

6.3.1. O profissional designado pela contratada para atuar de forma exclusiva na CVI deverá se organizar para que seus serviços sejam executados conforme o PMOC e que seja planejado para que os serviços não se acumulem ao longo do tempo. Desta forma, conforme será discriminado abaixo, os serviços serão basicamente compostos de atividades de manutenção mensal, trimestral, semestral, anual – e a empresa contratada com a sua equipe técnica deverá planejar para melhor atender a plenitude das atividades de execução do PMOC, podendo sincronizar os serviços de manutenção mensal ou trimestral ou semestral ou anual por andares em tempos deslocados para que os serviços de manutenção sejam atendidos (exemplo: no mês poderá um andar estar programado para fazer a manutenção mensal, enquanto no outro andar estar programa para fazer a anual). Ademais, a contratada deve utilizar quantos técnicos e assistentes forem necessários para que sejam atendimentos aos serviços de manutenção preventiva e corretiva impostos no PMOC e no memorial descritivo sem que haja cobrança adicional a contratante.

6.4. DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA EM GERAL

6.4.1. Os serviços aqui especificados compreendem a execução das atividades detalhadas nos tópicos a seguir e devem ser realizados por profissional habilitado, com treinamento no sistema KRV (VRF), que comprove já ter desempenhado atividades semelhantes aqui requeridas.

6.4.2. O plano de manutenção, operação e controle (PMOC) do sistema de climatização deverá seguir os parâmetros técnico da NBR 13971/2014 e resolução RE n. 9/2003.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.5. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 6.5.1. Aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do Sistema de Climatização e Ventilação, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.
- 6.5.2. As manutenções preventivas ocorrerão mediante agendamento entre o Fiscal do Contrato e a Contratada com, no mínimo, 02 dias de antecedência, devendo ocorrer em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a chamados ou reclamações.
- 6.5.3. Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido ou não manutenção corretiva no período.
- 6.5.4. Os serviços de manutenção preventiva consistem em verificações, checagens, ajustes, medições, inspeções visuais, correções, limpezas, desobstruções, avaliações de situação e planejamento de troca de componentes com vida útil próxima do fim (correias, rolamentos, filtros, etc.), tudo isso feito periodicamente, ou seja, mensalmente, trimestralmente, semestralmente.
- 6.5.5. O roteiro de serviços periódicos é subdividido da seguinte forma:

a) Periodicidade MENSAL:

- I. Tensão elétrica de alimentação dos equipamentos;
- II. Corrente elétrica dos motores dos compressores e ventiladores;
- III. Atuação das resistências de cárter dos compressores (se houver);
- IV. Reaperto das tampas dos fusíveis;
- V. Funcionamento das chaves de fluxo;
- VI. Saturação e estado dos filtros secadores;
- VII. Visor de líquido (umidade, fluxo do gás refrigerante);
- VIII. Atuação das válvulas de expansão e bulbo-sensor;
- IX. Pressão de sucção e descarga nos ciclos frigoríficos;
- X. Temperatura de cárter dos compressores;
- XI. Nível de óleo dos compressores;
- XII. Possíveis vazamentos de gás refrigerante e óleo do circuito;
- XIII. Vibrações e ruídos em todos os equipamentos;
- XIV. Estado de amortecedores e calços antivibração;
- XV. Bandejas de condensado;
- XVI. Tubulações de dreno de condensado;
- XVII. Filtros de ar;
- XIII. Pontos de ferrugem das estruturas;
- XIX. Sistema de automação: verificar no computador e controles lcd's a ação de todos os pontos de controle (temperatura, liga/desliga, programação e outros);
- XX. Funcionamento de controle remoto;
- XXI. Verificar junto aos setores da Contratante o bom funcionamento dos aparelhos.

b) Periodicidade TRIMESTRAL:

Execução da lista de serviços MENSAIS e mais:

- I. Checar faixas de superaquecimento e sub-resfriamento dos ciclos;
- II. Reaperto e checagem dos bornes dos quadros elétricos de força e comando;
- III. Regulagem dos relés térmicos;
- IV. Inspeccionar placas eletrônicas e leitura de parâmetros, conforme exigências do fabricante;
- V. Verificar os pontos de atuação (regulagem) dos pressostatos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



c) Periodicidade SEMESTRAL:

Execução das listas de serviços MENSAIS, TRIMESTRAIS e mais:

I. Execução do conjunto de serviços de pontos de coleta e análise da qualidade do ar (13 pontos por semestre – 26 pontos por ano), conforme Portaria n. 3.523 do Ministério da Saúde e Resolução n. 9 da ANVISA;

II. Checar resistência de isolamento elétrico dos motores de compressores e ventiladores;

III. Regulagens dos “set points” dos termostatos e controladores de temperatura;

IV. Regulagens e testes de relés de tempo e térmicos;

V. Regulagem das perdas de pressão nos condensadores e evaporadores;

VI. Limpeza de serpentinas e trocadores de calor (condensação);

VII. Verificar elasticidade dos coxins.

6.5.6. Sempre que necessário deverão ser checados outros itens para alcançar a eficiente manutenção preventiva, objeto deste Termo de Referência.

6.6. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

6.6.1. Consiste no atendimento às solicitações do Contratante, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou para a correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

6.6.1.1. As manutenções corretivas ocorrerão de forma ilimitada, e deverão iniciar sempre após o chamado do responsável da Contratante, sendo que a Contratada deverá disponibilizar profissional ou equipe técnica conforme for o caso para estar no local em até 03 (três) horas, sempre que extrapolar a competência do auxiliar técnico ou quando o mesmo não resolver o defeito.

6.6.1.2. Os serviços serão executados no local onde o (s) equipamento (s) encontra (m) -se instalado (s), exceto nos casos que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo (s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE por escrito, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a mesma.

6.6.1.3. A empresa CONTRATADA deverá elaborar relatório da execução da manutenção corretiva, entregando cópia a CONTRATANTE, onde deverá constar:

a) descrição sumária dos serviços de consertos realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado.

b) data, hora de início e término dos serviços.

c) condições inadequadas encontradas ou iminências de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados.

6.6.2. As peças necessárias para execução dos serviços de manutenção corretiva não estão contempladas nesta especificação e assim sendo, somente devem ser fornecidas a peça após prévia autorização do fiscal do contrato, mediante orçamento e empenho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 6.6.3. Destaca-se ainda que a mão de obra para qualquer manutenção corretiva está prevista no valor mensal da proposta comercial, em seu item 1, portanto, apenas os serviços de outras especialidades (exemplo: usinagem, retífica, rebobinamento de motor, etc) serão considerados não previstos em contrato.
- 6.6.4. Neste sentido, salienta-se que a empresa contratada deverá encaminhar orçamento das peças com prazo máximo 48 horas, após a solicitação do Fiscal do Contrato ou, se for o caso, justificar o motivo antes da data do fim do prazo.
- 6.6.5. Ressalta-se ainda que os insumos (lubrificantes, fitas, lixas, estopas...) necessários para realização da manutenção corretiva já devem estar incluídos no valor pago para execução dos serviços de manutenção aqui especificados e assim não devem ser passíveis de cobrança por parte da contratada.

6.7. ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR

- 6.7.1. A análise da qualidade de Ar segue as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através da portaria GM/MS nº3.523/98 de sua resolução RE nº 9 de 2003.
- 6.7.2. Como o próprio nome sugere, a qualidade do ar está relacionada com a avaliação técnica da qualidade do ar no ambiente de trabalho climatizado de uso público e coletivo através de padrões de referência.
- 6.7.3. A periodicidade da análise da qualidade do ar é contínua e sua periodicidade é semestral, sendo que a empresa responsável deve monitorar e prevenir possível falhas que possam contaminar a qualidade do ar.
- 6.7.4. A empresa contratada poderá subcontratar empresa específica para realizar a análise da qualidade do ar da qual detenha em sua equipe responsável técnico em conformidade com as atividades avaliadas, e registrada no órgão do conselho de classe próprio.
- 6.7.5. A princípio, a quantidade de amostras a serem avaliada foram baseados nas informações contidas na resolução nº 09 de 2003 (área construída), e em conjunto a isso, foi estipulado que todos os pavimentos climatizados sejam alcançados pela avaliação da qualidade do ar, mesmo que o edifício já tenha o mínimo de amostrada atendido pela resolução.
- 6.7.6. Em relação ao serviço de análise da qualidade do ar interno, salienta-se que a análise em questão deverá ser executada em 13 pontos (12 pontos internos e 01 ponto externo) semestralmente, fato que implica na análise de 26 pontos anuais.
- 6.7.7. A princípio, a escolha dos pontos de análise da qualidade do ar deve ser baseada nos locais com maior indício de reclamações ou com suspeita de baixa qualidade, e concomitantemente seguir as orientações da resolução 009/2003 e normas técnicas inclusas, sendo apresentadas posteriormente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, relatório técnico de acordo com a NBR 10.719.
- 6.7.8. Salienta-se ainda que, em relação aos serviços de realização semestral, já estão incluídos, no valor a ser pago pelo serviço de manutenção preventiva e corretiva, todos os insumos que se fizerem necessários para os mesmos possam ser adequadamente executados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.8. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

- 6.8.1. As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas sempre por outras peças, componentes e acessórios novos e originais.
- 6.8.2. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos e, antes, solicitar e aguardar autorização prévia do mesmo, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.
- 6.8.3. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a FISCALIZAÇÃO poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.
- 6.8.4. Os materiais de reposição a serem ofertados pela Contratada, terão seus valores cotejados no mercado pelo Departamento de Compras da CVI, buscando o menor preço dentro da qualidade desejada pela CVI.
- 6.8.5. Quando for necessária a utilização de peças e outros materiais (Item 2 da proposta vencedora do Pregão oriundo deste Termo), a CVI poderá obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo e, caso o valor apresentado pela Contratada seja maior que os valores praticados no mercado, poderá recusar o fornecimento pela CONTRATADA e adquiri-los no mercado, para aplicação pela equipe técnica contratada, ficando claro que os serviços decorrentes da substituição, integram o objeto do contrato.
- 6.8.6. Da remoção de materiais e equipamentos do Prédio Sede da Câmara de Veradores de Itajaí.
- 6.8.7. Caso seja necessário a remoção de equipamento ou a retirada de material de descarte referente ao sistema de climatização, a empresa deve embalar com saco bolhas ou outra embalagem própria e deslocar o material em um local no prédio indicado pelo fiscal do contrato. O serviço de retirada e embalagem dos equipamentos descritos acima deverão estar contemplados no valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e assim, não serão objeto de cobrança posterior.

7 DOS PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 7.1. A contratada deverá dispor de, no mínimo, 1 (um) engenheiro mecânico, 1 (um) Técnico de Refrigeração ou Técnico Eletromecânico ou Mecânico de Refrigeração e 1 (um) auxiliar Técnico (Mecânico ou eletromecânico).
- 7.2. O **engenheiro mecânico** deverá executar as atividades, conforme descrição abaixo:
- 7.2.1. Cabe a este profissional, inscrito no CREA, a responsabilidade técnica e o bom funcionamento do sistema de climatização, coordenando o corpo técnico nas atividades de manutenção preventiva e corretiva no sistema, assim como disciplinar e supervisionar as atividades para atender o PMOC por ele elaborado observando as atividades mensais, semestrais e anuais mínimas especificadas neste memorial. Soma-se também ao Engenheiro Mecânico a responsabilidade pelos relatórios mensais, cronogramas que se fizer necessários de serviços específicos e pela observância das normas técnicas, segurança e saúde do trabalho, resoluções e orientações do fabricante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 7.2.2.** Acompanhar as atividades das equipes de trabalho, bem como do auxiliar técnico que presta os serviços em tempo integral à Contratante, observando o nível de qualidade dos serviços praticados e a plenitude da execução do PMOC, dar apoio técnico a contratante e aos profissionais de manutenção com amparo detalhado quando os técnicos operacionais não forem capazes de solucionar os problemas existentes, acompanhar os serviços de alta-complexidade *in loco*, atualizar-se com o sistema em funcionamento e relatar apontamentos técnicos pertinentes que achar necessário.
- 7.3.** O **Técnico de Refrigeração/Técnico Eletromecânico ou Mecânico de Refrigeração**, deverá comparecer na CVI mensalmente para executar as atividades de manutenção preventivas, e corretivas sempre que necessário e pelo tempo suficiente a boa execução dos serviços.
- 7.3.1.** Cabe a este profissional a responsabilidade técnica - limitado ao seu campo profissional, da execução dos serviços de manutenção preventivo e corretivo do sistema de climatização conforme o PMOC. Ele também deverá manter-se em comunicação com engenheiro mecânico sobre os problemas evidenciados no sistema de climatização, diagnosticar preventivamente falhas e retificá-los antes que venha a danificar ou paralisar o sistema de climatização.
- 7.3.2.** Deverá o técnico de refrigeração estar inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC para realizar as atividades de manutenção preventivas e corretivas do sistema de climatização e ter conhecimento e/ou cursos de normas regulamentadoras inerentes ao desempenho das suas atividades rotineiras.
- 7.3.3.** A princípio, os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados pelo técnico de refrigeração e de ajudantes especializados, sendo aquele o responsável pelas execuções das atividades inseridas no PMOC com destreza e qualidade das boas técnicas de engenharia, seguindo as normas técnicas, orientações dos fabricantes e respeitando as normas de segurança e saúde.
- 7.3.4.** Além dos serviços corriqueiros de manutenção preventiva e corretiva, o técnico de refrigeração deverá estar em contato com o Auxiliar Técnico indicado pela Contratada para prestar serviços de forma dedicada à CVI, para atualização dos chamados de atendimentos referentes a desconforto térmico ou problemas no sistema de climatização.
- 7.4.** O **Auxiliar Técnico (mecânico ou eletromecânico)** terá carga horária de 8 horas/dia para efetuar a manutenção diária do sistema de climatização, conforme descrição abaixo:
- 7.4.1.** Diariamente realizar o “start” do sistema de climatização e acompanhar o funcionamento do equipamento durante todo o dia de trabalho.
- 7.4.2.** Durante o dia, nos horários programados para a execução dos trabalhos, o profissional deverá executar as atividades definidas no PMOC e, ao final do dia, deverá desligar corretamente o sistema de climatização.
- 7.4.3.** A formação do Auxiliar Técnico (mecânico ou eletromecânico) deve ser comprovada por curso/treinamento técnico no sistema de KRV (VRF) - Komeco, como também poderá ser comprovado por experiência profissional, mínima de 12 (doze) meses na área por documentação própria (exemplo: Registro na carteira profissional, atestado de capacidade técnica, contrato de prestação de serviços...).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.4.4. Deverá este profissional manter comportamento ético e respeitoso com os demais servidores da CVI, bem como com qualquer cidadão que esteja nas dependências da sede da CVI.

7.4.5. Além dos serviços diários, o mecânico de refrigeração deverá estar em contato com o fiscal do contrato (a ser designado pela CVI) para se atualizar com os possíveis chamados de atendimentos (desconforto térmico ou problemas no sistema de climatização) e sua carga horária será de 8 horas/dia de segunda a sexta-feira limitada dentro do horário das 8h às 19h.

7.4.6. Além das atividades previstas acima, incluem-se aquelas previstas no item 6.1 deste TR.

8 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO DE MELHORIA (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULAS DE BLOQUEIO).

8.1. A Contratada deverá fornecer e instalar válvulas de bloqueio em 73 (setenta e três) evaporadoras do sistema KRV (VRF) Komeco, totalizando 146 (cento e quarenta e seis) peças.

8.2. Serviço a ser efetuado em data a ser definida com a fiscalização do contrato, possivelmente no período entre maio e agosto de 2020.

8.3. Na execução dos serviços, obrigatoriamente, a Contratada deverá pressurizar cada sistema com 600 PSI de nitrogênio por 24 horas para verificação de estanqueidade, evacuação de cada sistema com 500 microns e carga de fluido refrigerante com R-410 A.

8.4. Para a execução do serviço de instalação das válvulas de bloqueio a contratada deverá designar profissional com habilitação em sistema KRV (VRF) emitido pela KOMECO.

8.5. Fica vedada a utilização dos serviços do funcionário, auxiliar técnico colocado à disposição da CVI pela Contratada, caracterizando dobra. Exceto se a utilização deste profissional, por parte da Contratada, ocorrer em dias e horários que este profissional não esteja à disposição da CVI.

8.6. Lista dos materiais a serem utilizados na instalação das válvulas de bloqueio do sistema de climatização da CVI:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE 146 PEÇAS DE VALVULAS DE BLOQUEIO	vb	1,00
2	COLA ADESIVA K-FLEX (Lata com no mínimo 500g)	Un	1
3	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 10 x 19 mm (barras de 2 metros)	Barra	75
4	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 15 x 19 mm (barras de 2 metros)	Barra	75
5	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 3/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO	pç	73,00
6	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 5/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO	pç	73,00
7	FLUÍDO REFRIGERANTE R-410A HONEYWELL	kg	249,00
8	NITROGÊNIO	m³	60,00

OBS.: As marcas constantes na descrição dos produtos listados acima, servem apenas para referência, podendo ser oferecidas outras marcas desde que atendam as exigências mínimas necessárias para a qualidade do serviço ofertado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9 ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS

- 9.1 A Contratada deverá dispor de todo o maquinário (ferramentas e equipamentos) necessário para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como se consideram incluídos no valor do serviço de manutenção preventiva e corretiva contratado todos os insumos necessários para execução dos mesmos.
- 9.2 Neste sentido, salienta-se que não se entende como insumos os equipamentos, peças e materiais do sistema de climatização a serem substituídos, mas sim o material de insumo utilizado para realizar a manutenção preventiva e corretiva.
- 9.3 A Contratada deverá também disponibilizar de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários e, além disso, o funcionário responsável pela execução dos mesmos deve conhecer e aplicar todas as normas de segurança necessárias para realização dos serviços aqui requeridos.

9.4. DA APRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

- 9.4.1 A contratada, por meio dos seus profissionais, deverá se apresentar para a execução dos serviços, objeto deste TR, com roupa limpa e apropriada e com sapatos adequados a atividade que será desenvolvida.
- 9.4.2 Os profissionais devem, sempre que estiverem executando serviços no prédio da CVI, utilizar crachás e/ou uniformes que permitam a sua correta identificação.
- 9.4.3 Tais profissionais deverão ter a sua disposição todos os equipamentos de proteção individual que necessitarem para a execução dos serviços, sendo que estes devem ser disponibilizados pela contratada.

10 NORMAS E RESOLUÇÕES

- 10.1 Todos os serviços que forem realizados no escopo desse contrato, assim como os materiais utilizados na realização dos serviços, devem obedecer

- I – normas, especificações e rotinas constantes do presente documento;
- II – normas técnicas específicas mais recentes da ABNT e INMETRO, no que couber, inclusive a NBR 16401 – Instalações de ar condicionado;
- III – disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;
- IV – decisão normativa nº 114/2019 – CONFEA;
- V – prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- VI – lei 13.589/18, portaria 3523/GM do Ministério da Saúde, bem como o preenchimento do PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, de acordo com as necessidades dos equipamentos;
- VII – normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial às seguintes:
 - a) NR-6: Equipamentos de proteção individual – EPI;
 - b) NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
 - c) NR-18: Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, se aplicável;
 - d) NR-35: Trabalho em altura, se aplicável;

- 10.2 Cabe a empresa CONTRATADA o controle do cumprimento das normas e resoluções, bem como outros aportes normativos que vier a existir ou atualizado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 O local da realização dos serviços será no edifício sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizado na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, na cidade de Itajaí (SC).

12 DA VISTORIA

12.1 É recomendada a vistoria do local onde serão prestados os serviços por representante legal devidamente qualificado para esse fim para que se tenha um melhor conhecimento do escopo dos serviços

12.2 A data e o horário da vistoria poderão ser marcados junto ao Departamento Compras e Serviços, com o servidor Marcelo, pelo telefone (47) 3344-7159, de segunda a sexta-feira, das 13 às 18h, e deverão ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à abertura do certame licitatório.

12.3 Na opção da não realização da vistoria, a Empresa, deverá apresentar uma declaração de que possui pleno conhecimento do local onde será realizado o serviço, e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições do local de realização dos serviços, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

12.4 A vistoria prévia é facultativa, devido ao fato de que a mesma é um direito do licitante e não sua obrigação, amparado pela razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006 – Plenário – TCU.

12.5 Na opção da empresa realizar a vistoria, deverá apresentar Declaração de Vistoria, preferencialmente em papel timbrado da mesma e visada pelo Departamento de Compras e Serviços da CVI, de que compareceu e vistoriou os locais onde serão executados os serviços, e que tomou conhecimento de todos os detalhes que se farão necessários à apresentação de sua proposta. Para tanto, a empresa deverá visitar as dependências da CVI, anteriormente à realização da licitação, objetivando o conhecimento dos padrões adotados, bem como dos locais onde deverão ser realizados os serviços.

13 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para fins de qualificação técnica:

13.1.1 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

13.1.2 No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

13.1.3 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) junto ao CREA da região onde foram ou estão sendo prestados os serviços, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado ou estar executando, satisfatoriamente, serviços de natureza semelhante ao objeto aqui licitado – Instalação ou manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização, de pelo menos, 100 Hp ou 80 TR.

13.1.4 **CERTIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESA LICITANTE NA KOMEÇO EM SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO KRV/VRE.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



13.2 O licitante vencedor, quando da assinatura do contrato deverá apresentar:

- 13.2.1 Relação do(s) nome(s) do(s) profissional(is) técnico(s) e respectiva qualificação profissional (engenheiro mecânico responsável pelos serviços, bem como todo pessoal envolvido diretamente nos trabalhos).
- 13.2.2 Anotação de Responsabilidade Técnica conforme exigência do art. 3º da decisão normativa nº 114/2019 – CONFEA.
- 13.2.3 Cópia do certificado do curso de Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado de todos os técnicos, relacionados no subitem anterior, envolvidos nas manutenções.
- 13.2.4 Cópia dos certificados do curso das NR's 10 e 35 de todos os técnicos, relacionados no subitem 13.2.2, envolvidos nas manutenções.
- 13.2.5 O respectivo visto emitido pelo CREA do Estado de Santa Catarina, no caso da empresa licitante ou o responsável técnico não possuírem registro no Estado.
- 13.2.6 Apresentação de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle de acordo com a Portaria nº 3.523/GM, do Ministério da Saúde, de 28 de agosto de 1998, para a área abrangida, juntamente com seu cronograma de execução.

14 DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. A licitante deverá observar, para elaboração de sua proposta, além das exigências deste TR também aquelas descritas no edital de licitação.
- 14.2. O critério para julgamento das propostas de preços será de “MENOR PREÇO GLOBAL”, devendo para o item 1 ser apresentada Proposta Comercial englobando Planilha de Composição de Custos e Formação de preços para a categoria profissional do auxiliar técnico (mecânico ou eletromecânico).
 - 14.2.1. Ainda em relação ao item 1, o salário do profissional Auxiliar Técnico (mecânico ou eletromecânico), bem como os demais benefícios, não poderá ser inferior ao estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada pelo Sindicato das Indústrias Metal. Mec e Mater. Elétricos de Itajaí, sob nº do registro no MTE SC001061/2019.

15 DOS PAGAMENTOS

- 15.1. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, com a conferência e aceite pelo fiscal do contrato, através de crédito bancário, na conta corrente informada pela licitante, no prazo de cinco dias úteis, mediante a apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.
- 15.2. O pagamento dos serviços/materiais descritos no item 3 do modelo da proposta de preços (Fornecimento e Instalação das Válvulas de bloqueio) ocorrerá em até 10 (dias) após o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato, mediante apresentação de nota fiscal e relatório dos serviços executados pela Contratada, devidamente assinado e carimbado pelo fiscal do contrato.

16 DA FISCALIZAÇÃO:

- 16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado ou contratado pela Contratante, exercendo, para tanto, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais condições previstas no edital de licitação, cujas atribuições básicas são:

- 16.2. Solicitar à empresa contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 16.3. Emitir pareceres nos atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- 16.4. Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços; e
- 16.5. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CVI reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.
- 16.6. Cabe à empresa contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CVI, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes e prepostos.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. Sem prejuízo das demais exigências contidas no Edital e seus anexos, sobretudo as cláusulas contratuais, a licitante contratada deverá apresentar mensalmente relatório dos serviços executados, de forma pormenorizada, com todos os detalhes dos serviços, devendo conter a assinatura do técnico responsável junto à empresa, assim como as informações abaixo:
 - 17.1.1. Anomalias verificadas;
 - 17.1.2. Ações efetuadas;
 - 17.1.3. Procedimentos recomendados.
- 17.2. Cumprir com todas as condições de prestação de serviços estabelecidas neste TR.
- 17.3. Manter os locais de trabalho em ordem;
- 17.4. Manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança, contra riscos de acidentes e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual;
- 17.5. Substituir imediatamente, nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí e por solicitação desta, o empregado que se mostrar inconveniente, inadequado à execução dos serviços, ou que tenha faltado ao serviço ou que esteja gozando de férias;
 - 17.5.1. A empresa contratada ficará responsável exclusivamente pelos funcionários que colocarem a disposição da Câmara de Vereadores de Itajaí, referente às verbas trabalhistas e demais impostos incidentes ao trabalhador.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



17.6. Manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente;

17.6.1. O funcionário que prestará serviços para a Câmara de Vereadores de Itajaí deverá ter bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá.

17.7. A contratada obriga-se a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços contratados.

17.8. Dispor de equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços.

17.9. Todos os serviços devem ser executados somente após a autorização do setor responsável da Câmara de Vereadores de Itajaí, ou fiscal designado por este, dentre seus servidores.

17.10. Anexar à nota fiscal, relação dos funcionários contratados, local de trabalho, e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS.

17.11. A CONTRATADA deverá manter o posto do Auxiliar Técnico ocupado durante os afastamentos do empregado em decorrência de férias ou qualquer outro motivo, devendo as substituições ser comunicada por escrito a CONTRATANTE e realizadas dentro do prazo de até 2 (duas) horas.

17.12. O empregado substituto deverá ser da mesma categoria profissional e ser apresentado a CONTRATANTE pelo engenheiro, supervisor, ou preposto da empresa;

17.13. Na situação em que a substituição seja decorrente de férias de funcionário, a empresa deverá apresentar com antecedência mínima de 1 (um) mês a mesma documentação exigida para o substituído.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.14. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;

17.15. Atestar, na nota fiscal-fatura, a efetiva realização do serviço, por meio de fiscal designado pela Secretaria competente;

17.16. Efetuar os pagamentos à Contratada nos prazos e condições estipulados neste TR e no edital de licitação;

17.17. Aplicar à contratada, quando for o caso, as penalidades cabíveis e em conformidade com a disciplina da Lei nº 8.666/1993 e alterações respectivas.

19 DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.

19.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e estimativas dos preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 19.3 Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação.
- 19.4 Cumprir o cronograma de execução dos serviços, justificando sempre eventuais atrasos e reajustando caso seja necessário e/ou solicitado pela contratante.
- 19.5 Zelar pelo ambiente da prestação dos serviços, mantendo sempre limpo o local dos trabalhos, em especial, recolhendo os detritos dos materiais utilizados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO II – QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1. QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

- 1.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelo objeto desta licitação é de **R\$ 333.071,34 (trezentos e trinta e três mil setenta e um reais e trinta e quatro centavos)** para o período de 12 (doze) meses:

Item	Quant.	Und.	OBJETO	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	12	UN	Serviços de manutenção preventiva (mensal/trimestral e anual), manutenção corretiva e análise de qualidade do ar.	R\$ 14.035,00	R\$ 168.420,00
		Posto de Trabalho	Auxiliar Técnico (mecânico ou eletromecânico)	R\$ 5.170,99	R\$ 62.051,88
	1	UN	Pecas de Reposição (Estimativo)	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	Valor Total do Item 1				R\$ 260.471,88
2	1	vb	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE 146 VALVULAS DE BLOQUEIO	R\$ 17.652,34	R\$ 17.652,34
	1	UN	COLA ADESIVA K-FLEX – (lata com no mínimo 500g)	420,00	R\$ 420,00
	75	Barra	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 10 x 19 mm (barra com 2metros)	R\$ 46,24	R\$ 3.468,00
	75	Barra	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 15 x 19 mm (barra com 2metros)	R\$ 46,24	R\$ 3.468,00
	73	pç	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 3/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO	R\$ 172,27	R\$ 12.575,71
	73	pç	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 5/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO	R\$ 172,27	R\$ 12.575,71
	249	kg	FLUÍDO REFRIGERANTE R-410A HONEYWELL	R\$ 72,90	R\$ 18.152,10
	60	m³	NITROGÊNIO	R\$ 71,46	R\$ 4.287,60
Valor Total do Item 2					R\$ 72.599,46
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 333.071,34



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO III – MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/fax: _____

Objeto: Contratação de serviços continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** com dedicação exclusiva de mão de obra, no regime de empreitada por preço global, bem como serviço de melhoria (fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio), no regime de empreitada por preço unitário para o sistema de climatização e ventilação, instalado no prédio da Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI, para atender as demandas que se fizerem necessárias durante o período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência (TR).

Item	Quant.	Und.	Descrição do Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	12	UN	Serviços de manutenção preventiva (mensal/trimestral e anual), manutenção corretiva e análise de qualidade do ar.		
		Posto de Trabalho	* Auxiliar Técnico (mecânico ou eletromecânico)		
	1	UN	** Peças de Reposição (Estimativo)	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
	Valor Total do Item 1				R\$
2***	1	vb	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE 146 VALVULAS DE BLOQUEIO		
	1	UN	COLA ADESIVA K-FLEX – (lata com no mínimo 500g)		
	75	Barra	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 10 x 19 mm (barra com 2metros)		
	75	Barra	TUBO ESPONJOSO ISOLANTE TÉRMICO 15 x 19 mm (barra com 2metros)		
	73	pç	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 3/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO		
	73	pç	VALVULA DE BLOQUEIO DANFOSS 5/8" PARA EVAPORADORA KRV (VRF) KOMECO		
	249	kg	FLUÍDO REFRIGERANTE R-410A HONEYWELL		
	60	m³	NITROGÊNIO		
Valor Total do Item 2					R\$
VALOR TOTAL R\$					



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1. **Valor TOTAL**, referente ao objeto descrito acima: R\$ _____, ____ (valor por extenso _____).
2. **Condições de pagamento:** Conforme item 15 do Edital.
3. **Prazo de validade da proposta:** _____ (por extenso _____) dias (não inferior a 60 [sessenta] dias, contados a partir da abertura dos envelopes nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS").

....., de de 2020.

.....
Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

*** Para o item 1 em relação ao "Auxiliar Técnico (Mecânico ou eletromecânico)" deverá ser fornecido juntamente com a proposta comercial a Planilha de composição de custos do posto de trabalho, conforme IN nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

**** O valor indicado no item 1 para o fornecimento de "Peças de reposição a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva" É MERAMENTE ESTIMATIVO e somente será utilizado pela CONTRATANTE quando houver necessidade de substituição de peças e materiais fora da garantia e desde que obedecidas as condições previstas neste TR e no edital de licitação. A não utilização deste item pela Contratante não dará direito a qualquer tipo de indenização à Contratada.**

***** As marcas constantes na descrição dos produtos listados no item 2 do modelo da proposta comercial, servem apenas para referência, podendo ser oferecidas outras marcas desde que atendam as exigências mínimas necessárias para a qualidade do serviço ofertado.**

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
UNITÁRIOS

PLANILHA PARA CATEGORIA – AUXILIAR TÉCNICO (MECÂNICO OU ELETROMECCÂNICO)

Nome da Empresa	
CNPJ	
A	Data (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho - Número de Registro no MTE
D	Tipo de Serviço
E	Unidade de medida
F	Quantidade (total) a contratar
G	Nº de meses de execução contratual

Mão de Obra

1	Tipo de serviço (mesmos serviços com características distintas)
2	Salário Mínimo oficial vigente
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)

I	Remuneração:	%	Valor (R\$)
A	Salário (no contrato)		
B	Adicional Noturno		
C	Adicional Periculosidade		
D	Adicional Insalubridade		-
E	Outros (Especificar)		-
	Total de Remuneração		-

II	Insumos de Mão-de-obra	Valor(R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica, etc.)	
C	Uniformes/equipamentos	
D	Assistência médica	
E	Seguro de vida	
F	Treinamento/Capacitação/Reciclagem	
G	Auxílio funeral	
H	Outros (especificar) - Fornecimento de EPI'S	
	Total de Insumos de Mão-de-obra	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO A		%	R\$
1	INSS	20,0000%	-
2	FGTS	8,0000%	-
3	SESI/SESC	1,5000%	-
4	SENAI/SENAC	1,0000%	-
5	INCRA	0,2000%	-
6	SEBRAE	0,6000%	-
7	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000%	-
8	Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	4,0000%	-
Total do GRUPO A		37,8000%	-

GRUPO B		%	R\$
1	13º Salário	8,3330%	-
2	Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,1110%	-
3	Aviso Prévio Trabalhado	1,9440%	-
4	Auxílio Doença	1,3890%	-
5	Acidente de Trabalho	0,3330%	-
6	Faltas Legais	0,2770%	-
7	Férias sobre Licença Maternidade	0,0740%	-
8	Licença Paternidade	0,0210%	-
Total do GRUPO B		23,4820%	-

GRUPO C		%	R\$
1	Aviso Prévio Indenizado	0,4170%	-
2	Indenização Adicional	0,1670%	-
3	Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS)	3,2000%	-
4	Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS)	0,8000%	-
Total do GRUPO C		4,5840%	-

GRUPO D		%	R\$
1	Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	8,8762%	-
Total do GRUPO D		8,8762%	-

GRUPO E		%	R\$
1	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,0330%	-
2	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,0260%	-
Total do GRUPO E		0,0590%	-

GRUPO F		%	R\$
1	Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,2730%	-
Total do GRUPO F		0,2730%	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



DEMAIS CUSTOS Insumos Diversos			
	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A*	Custos fixos (Ref. Disponibilização de maq.Equip/utensílios entre outros)		
	Disponibilização (bens/equipamentos)		
	Outros (especificar)		
	Subtotal A		-
B**	Custos variáveis (itens cauculados c/base na estimativa total mensal)		
	Materiais		
	Outros (especificar)		
	Subtotal B		-
	Total de Insumos diversos (sub-total A+B)		-

Módulo: Demais componentes			
I	Demais Componentes	%	Valor (R\$)
A	Despesas Operacionais/Administrativas		-
B	Lucro		-
	Total do Demais Componentes	0,0000%	-

Módulo: Tributos			
II	Tributos	%	R\$
A	Tributos Federais (exeto IRPJ e CSLL)	3,6500%	-
	IRPJ (Não Incluir)		-
	CSLL (Não Incluir)		-
	PIS	0,6500%	-
	COFINS	3,0000%	-
	Outros (especificar)		-
	B Tributos Estaduais/Municipais	2,0000%	-
C	ISS (2% a 5%)	2,0000%	-
	Outros Tributos	0,0000%	-
	(especificar)		-
	Total de Tributos	5,6500%	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Quadros-resumo
Quadro - resumo da Remuneração da Mão-de-Obra

I	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	%	Valor (R\$)
A	Remuneração		-
B	Encargos Sociais	75,0742%	-
C	Insumos de mão-de-obra		-
D	Subtotal		-
E	Reserva Técnica		-
	Total de mão-de-obra		-

DETERMINAÇÃO DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO:

Componentes	%	Valor (R\$)
Total de Mão-de-Obra x Número de empregados necessários	Quantidade de Funcionários → 1	-
Insumos Diversos		-
Demais Componentes		-
Valor Líquido (mensal) do serviço (PO)	(S/Tributos)	-
Valor mensal (total) do serviço	(incluindo tributos)	-
Valor Líquido (PO) 1 - TO*		-

Quadro-resumo do Valor Mensal do Serviço

II	Valor Mensal total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
A	Mão-de-obra (vinculada à execução dos serviços)	-
B	Insumos diversos (mat./maq./equip.)	-
C	Demais Componentes	-
D	Tributos	-
E	Valor mensal do serviço	-
H	Valor global do orçamento (valor mensal do serviço. X 12 meses do contrato).	-

(Local e Data)

Carimbo e Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO V – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento, solicitamos o credenciamento da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ para participar da licitação supramencionada, por intermédio do seu representante _____ (nome) ou por procuração anexa, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Localidade, data, mês e ano.

Assinatura do Outorgante

(CARIMBO CNPJ E RECONHECIMENTO DE FIRMA)

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ licitante no certame acima destacado, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, DECLARA para efeitos de atendimento do item 4.3.2 do **Edital de Pregão Presencial nº 01/2020**, conforme exigido pelo inciso VII do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

_____ (nome da empresa) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre integralmente o contido no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República e que não possui em seu quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
Nome da Empresa:	CNPJ:
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Câmara de Vereadores de Itajaí investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.</p> <p>() possui sócio/empregado que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
Cargo:	Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:	
Local:	Data:
Assinatura do Declarante:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2020

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE CELEBRAM, DE UM LADO, A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** E, DO OUTRO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 83.500.603/0001-80, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Presidente, o senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, com sede à Rua _____, n.º _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada, neste ato, pelo (a) Sr. (a) _____, com CPF de n.º _____ e RG n.º _____, fica ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem como objeto a **prestação de serviços** continuados de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** com dedicação exclusiva de mão de obra, no regime de empreitada por preço global, bem como serviço de melhoria (fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio), no regime de empreitada por preço unitário para o sistema de climatização e ventilação, instalado no prédio da Câmara de Vereadores de Itajaí – CVI, para atender as demandas que se fizerem necessárias durante o período de 12 (doze) meses, com quantitativos e condições que integram o edital, e seus anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência, de acordo com as condições estabelecidas no **Pregão Presencial nº 01/2020**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), sendo o valor mensal no montante de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 3.1. O prazo de execução do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do inc. II, do art. 57, da Lei 8.666/93.
- 3.2. A Contratada deverá iniciar os trabalhos em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 3.3. O prazo a que se refere o subitem 3.1 inicia-se na data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 A prestação de serviço objeto desta licitação será fiscalizada por servidor indicado ou contratado pela Contratante, exercendo, para tanto, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no edital de licitação nº 01/2020 – Pregão Presencial nº 01/2020 em especial o Anexo I - Termo de Referência.

4.1.1 – São atribuições do fiscal do contrato:

- a) Solicitar à empresa CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Emitir pareceres em todos os atos da empresa CONTRATADA relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- c) Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

4.1.2 – Compete ao fiscal da CVI:

- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a entrega sempre que a medida for considerada necessária;
- b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
- c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução contratual.
- d) **Atestar**, faturas correspondentes à execução.

4.2 Não obstante a empresa CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CVI reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

4.3 Cabe à empresa CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CVI, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes ou prepostos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa contratada correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, vigente para o exercício de 2020, na seguinte dotação: 602/2020 – Classificação orçamentária: 22.022.1.31.1.2.112.0.3390 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1. Os SERVIÇOS/MATERIAIS serão recebidos:

6.1.1. Provisoriamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.1. Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “b” da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. É ressalvado à Câmara de Vereadores de Itajaí o não recebimento dos SERVIÇOS/MATERIAIS, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações no Edital do Pregão Presencial em especial o seu Anexo I – Termo de Referência.

6.3. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela Câmara de Vereadores de Itajaí, sendo sua confirmação definitiva condicionada a



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



conferência dos dados relacionado na nota fiscal dos SERVIÇOS/MATERIAIS, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, em até 05 (cinco) dias após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato, mediante apresentação e Nota Fiscal emitida em nome da Câmara de Vereadores de Itajaí, contendo em seu corpo a descrição dos serviços, acompanhada dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, em atendimento ao art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

7.1.1 No caso de eventual fornecimento de peças e equipamentos, o pagamento ocorrerá em até cinco dias após apresentação da Nota Fiscal e o devido recebimento com assinatura do Fiscal do Contrato na respectiva NF.

7.1.2 O pagamento dos serviços/materiais descritos no item 3 do modelo da proposta de preços (Fornecimento e Instalação das Válvulas de bloqueio) ocorrerá em até 10 (dias) após o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato, mediante apresentação de nota fiscal e relatório dos serviços executados pela Contratada, devidamente assinado e carimbado pelo fiscal do contrato.

7.2 Juntamente com a Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de regularidade fiscal e trabalhista, bem como:

7.2.1 Relativo a Seguridade Social e recolhimento de FGTS, por meio dos seguintes documentos:

7.2.1.1 Cópia do protocolo de envio de arquivos emitidos pela Conectividade Social (GFIP);

7.2.1.2 Cópia do comprovante de Declaração à Previdência;

7.2.1.3 Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado via internet;

7.2.1.4 Comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

7.2.1.5 Comprovante de fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

7.2.1.6 Comprovante de pagamento de 13º salário, quando cabível;

7.2.1.7 Comprovante de concessão de férias, na forma da Lei;

7.2.1.8 Comprovante de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando da ocorrência.

7.3 O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada, atestando a execução e encaminhará a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

7.4 A atestação da Nota Fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.5 Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

7.6 Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

7.7 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento será calculada de acordo com variação “*pro rata tempore*” do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

7.8 A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 7.7 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

8.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens ou condições do edital do **Pregão Presencial 01/2020** e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses itens ou condições e todos os outros, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

8.3. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por si, ou seus sucessores e representantes no fornecimento deste contratado, isentando a última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo, e possibilitando o desconto nos valores se comprovado o dano.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Conforme descrito no item 19 e seguintes do edital de licitação PL nº 01/2020 – Pregão nº 01/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Conforme descrito no item 20 e seguintes do edital de licitação PL nº 01/2020 – Pregão nº 01/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE TRABALHO

11.1. Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da CVI, ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas.

11.2. A CVI poderá, a critério do seu corpo técnico, determinar a paralisação do serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sendo que tal procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da empresa CONTRATADA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11.3. A CONTRATADA se responsabilizará, ainda, por atraso ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

13.1. No interesse da CONTRATANTE o objeto do **Pregão Presencial nº 01/2020** poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.

13.2.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do **Pregão Presencial nº 01/2020**, a Administração da CVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições desta Cláusula:

14.3.1. Pela recusa injustificada de assinar o contrato;

14.3.2. Pela entrega em desacordo com as especificações técnicas constantes do **Pregão Presencial nº 01/2020** e da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



14.3.3. Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados no **Pregão Presencial nº 01/2020** e na proposta apresentado pela CONTRATADA.

14.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Câmara de Vereadores de Itajaí e, no que couber, às demais penalidade referida no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

14.6. As sanções de advertência, impedimento de contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.7. A execução em desconformidade com as especificações solicitadas e que forem advertidas e não sendo devidamente regularizadas no prazo de 05 (cinco) dias, ocasionarão a incidência de multa.

14.8. O retrabalho decorrente da má execução ou inobservância das especificações expressa é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo executado às suas expensas, sem que isto isente a empresa das mesmas penalidades.

14.9. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3. A rescisão do contrato poderá ser:

15.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

15.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no **Pregão Presencial nº 01/2020**, desde que haja conveniência para a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí;

15.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

15.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL

16.1. Este contrato fica vinculado aos termos do **Pregão Presencial nº 01/2020**, cuja realização decorre da autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

17.1. Observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, tal contrato será reajustado pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

17.2. O reajustamento acima previsto será devido a cada período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

18.1. Os valores relativos a mão de obra poderão ser repactuados em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos.

18.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CVI, quando da publicação a Convenção ou Acordos Coletivos, nova PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, devidamente revisada, que tratem da recomposição dos valores relativos exclusivamente à mão-de-obra.

18.1.2. Devem ser mantidos fixos todos os valores que não sejam objeto de Convenção ou Acordos Coletivos, incluindo as DESPESAS OPERACIONAIS/ADMINISTRATIVAS e LUCRO, que serão revisados anualmente pelo mesmo índice constante no Item 17.1 do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da Comarca de Itajaí.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Câmara de Vereadores de Itajaí (SC), de de 2020.

Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____